

Cooperação e Concertação Luso-Espanhola na Gestão Sustentável dos Rios Internacionais: Um Olhar sobre a Convenção de Albufeira

José Pimenta Machado

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Palavras chave: Cooperação transfronteiriça; Concertação bilateral; Diplomacia da água; Gestão sustentável; Partilha da água.

A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA) E A CONVENÇÃO DE ALBUFEIRA

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), como autoridade nacional da água, tem a responsabilidade de coordenar o secretariado técnico da Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC). Esta missão inclui o apoio à delegação nacional, liderada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e composta por instituições de diversos ministérios

No âmbito das suas funções, a APA mantém um contacto permanente com o secretariado técnico de Espanha, sediado na Direção-Geral da Água daquele país. Reuniões com periodicidade mínima mensal permitem acompanhar a situação hidrometeorológica nas bacias hidrográficas partilhadas e articular, sempre que possível, a gestão dos caudais circulantes.

ATIVIDADE DIVERSIFICADA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA

A atividade desenvolvida no âmbito da CADC é extremamente diversificada, refletindo a amplitude dos temas abrangidos pelo Acordo. A Convenção de Albufeira vai muito além dos regimes de caudais que Espanha e Portugal devem assegurar, respetivamente, em secções de controlo na fronteira e na entrada dos estuários. Integra, de facto, preocupações com a gestão sustentável dos recursos hídricos, bem como com a mitigação dos efeitos das cheias e das secas, fenómenos cada vez mais frequentes e intensos como resultado das alterações climáticas.

INSTRUMENTOS E INICIATIVAS PARA DAR RESPOSTA AOS DESAFIOS

Para dar resposta a estas preocupações, foram desenvolvidos diversos instrumentos e iniciativas ao longo dos 25 anos de vigência da Convenção. Entre eles, podemos destacar:

- Mecanismo de acompanhamento da situação hidrometeorológica nas bacias hidrográficas internacionais: a sua frequência passou de trimestral para mensal em 2022.
- Grupo de trabalho sobre secas e inundações: visa harmonizar os indicadores de seca e escassez utilizados por ambos os países, com base nos resultados do projeto [RISC ML](#).
- Protocolo de troca de informação de dados hidrometeorológicos em tempo real: para a gestão de situações extremas.
- Grupo de trabalho do planeamento: para articular os planos de gestão das regiões hidrográficas partilhadas.
- Grupo de trabalho água e energia: para estudar os desafios relacionados com as necessidades de produção e armazenamento de energia em ambos os países, no contexto do MIBEL e da transição energética.
- Projeto "[Albufeira](#)": para o desenvolvimento de ações de promoção e proteção do bom estado das massas de água partilhadas e dos ecossistemas associados.
- Projeto [ACECA](#): de combate ao jacinto de água no Guadiana.

CONCERTAÇÃO DE POSIÇÕES NO CONTEXTO EUROPEU E INTERNACIONAL

Outra dimensão do trabalho desenvolvido conjuntamente entre Portugal e Espanha no quadro da CADC consiste na concertação de posições no contexto europeu e internacional. Neste domínio destacamos a presidência de Portugal e Espanha em conjunto com a Comissão Europeia, do Grupo de Trabalho *Ad-hoc* sobre Escassez de Água e Secas. Este grupo foi criado no âmbito da Diretiva Quadro da Água, com o objetivo de discutir tecnicamente como melhorar a gestão da água num clima em mudança. A sua criação remonta à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2021, durante a qual a problemática da escassez de água e das secas no contexto da adaptação às alterações climáticas foi colocada no topo da agenda política europeia. Este tema tem vindo a ganhar cada vez mais relevância desde então.

PORTUGAL, UM PAÍS DE JUSANTE NA MAIORIA AS MASSAS DE ÁGUA PARTILHADAS

Portugal assume a posição de país de jusante em todas as massas de água partilhadas, com exceção do troço final do Guadiana. Esta realidade torna evidente a importância da Convenção de Albufeira para o nosso país. No entanto, tanto em Portugal como em Espanha, aumentam as vozes que pedem a revisão da Convenção, com base em argumentos que se opõem mutuamente.

25 ANOS DE ATUALIDADE

Vinte e cinco anos após a sua assinatura, surpreendemo-nos com a atualidade do texto da Convenção. É um momento oportuno para homenagear os negociadores que a redigiram e os políticos que a tornaram possível, reconhecendo a sua visão e coragem. No entanto, reconhecemos também que nem tudo correu da melhor forma e que há espaço para melhorar a aplicação da Convenção. Para tal, é necessário investir em mais meios que permitam aprofundar o disposto no seu texto.

DESAFIOS DO PRESENTE E FUTURO

Os efeitos das alterações climáticas, associados ao aumento do consumo de água por todos os setores, intensificam as tensões entre regiões de cada país signatário e, conseqüentemente, entre as partes. Através dos seus órgãos de cooperação, a Convenção de Albufeira tem sido um instrumento fundamental

para dissipar estas tensões, navegando por um mar turbulento e instável que exige um enorme sentido de responsabilidade.

CONSCIENCIALIZAÇÃO E AÇÃO

A sociedade precisa ter consciência de que a gestão da água é uma matéria sensível, face aos exigentes desafios que se apresentam no presente e no futuro. A gestão da água assume cada vez maior importância nas relações entre Estados, exigindo que todos trabalhem em conjunto. É fundamental que estejamos à altura daqueles que, em 1998 e 2008, dos dois lados da fronteira, defenderam o interesse coletivo.